

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Áudios rompem o silêncio militar sobre torturas

Questionado sobre os áudios divulgados pela jornalista Míriam Leitão em sua coluna no jornal *O Globo*, que mostram sessões do Superior Tribunal Militar (STM) na época do governo ditatorial, nas quais os ministros gerais que integravam o órgão falam sobre torturas, o vice-presidente Hamilton Mourão respondeu: "Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô. (risos). Vai trazer os caras do túmulo de volta?"

General da reserva, Mourão traduziu uma espécie de senso comum entre os militares: o silêncio das Forças Armadas em relação à questão das torturas, dos assassinatos e dos desaparecimentos de opositores durante o regime militar. Colocou-se uma pedra sobre esse assunto. As Forças Armadas se recusam a revisá-lo publicamente, com um olhar autocrítico e democrático, como ocorreu em outros países.

Essa atitude é legitimada pelo pacto de aprovação da "anistia recíproca", pelo Congresso, em 1979. O acordo entre o governo militar e a oposição, que beneficiou "subversivos" e torturadores, é um assunto sacramentado, também, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aquela época, a anistia foi um efetivo avanço em direção à democracia, pois possibilitou a libertação de presos políticos e a volta dos políticos exilados. Entretanto, enfrentou reações dos "porões" do antigo regime militar, inclusive por meio de atentados à bomba, entre os quais o do Rio Centro, que fracassou.

Naquela noite de 30 de abril de 1981, um show comemorativo do Dia do Trabalho reunia 20 mil pessoas no Rio Centro, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, quando uma bomba explodiu no estacionamento. O sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu na hora, e o capitão Wilson Luís Chaves Machado, gravemente ferido, preparavam o artefato no interior de um veículo Puma com placa fria, utilizado pelo Doi-Codi. Segundo as autoridades militares da época, estavam num serviço de rotina. Outra bomba colocada na casa de força do prédio não chegou a explodir.

Aquele episódio acabou sendo um divisor de águas do processo de abertura política, que iria desaguar na eleição de governadores

oposicionistas, em 1982; na campanha das Diretas Já; e na eleição de Tancredo Neves, em 1985, no colégio eleitoral, que pôs fim ao regime militar. Caso o atentado fosse bem-sucedido, resultaria num massacre de artistas, estudantes e sindicalistas. Nada ocorreu com o capitão Wilson Machado, que se recuperou dos graves ferimentos, continuou no serviço ativo e chegou a ser professor no Colégio Militar de Brasília.

Vez por outra, como agora, o militar terrorista é lembrado. Reformado como coronel, é a única testemunha viva do atentado do Rio Centro. Ao contrário do que disse o general Mourão, outros 97 militares envolvidos com as torturas também estão vivos, segundo lista divulgada pelo Instituto Vladimir Herzog, criado em memória do jornalista assassinado nas dependências do Doi-Codi, na Rua Tutóia, em São Paulo, em 1975.

Política de Estado

O presidente Jair Bolsonaro trata-os como heróis, a começar pelo falecido coronel Carlos Brilhante Ustra, sob cujo

A TORTURA E A ELIMINAÇÃO FÍSICA DE OPOSICIONISTAS FORAM UMA POLÍTICA DE ESTADO, DENUNCIADA POR SUAS VÍTIMAS E RESPECTIVOS ADVOGADOS NOS TRIBUNAIS. NÃO ERAM DIVULGADAS PELA IMPRENSA PORQUE HAVIA CENSURA

comando registram-se 434 opositores mortos pelo Doi-Codi. Os áudios das sessões do STM revelam que a cúpula militar tinha conhecimento das torturas e dos assassinatos e não mandou investigar, inclusive no governo do presidente Ernesto Geisel, que chegou a admitir a existência de torturas num longo depoimento a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro. Somente após a morte de Herzog, que provocou ampla mobilização da sociedade civil, Geisel reagiu à linha-dura e impôs sua autoridade aos quartéis.

Os áudios foram reunidos e analisados pelo professor Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que pesquisa a memória do regime militar. Só foram liberados pelo STM em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, a pedido do advogado Fernando Fernandes. A ministra Maria Elizabeth Rocha, do STM, classificou como positiva a divulgação: "Importante serem revelados esses áudios porque tudo faz parte da história do país, memória do país — e para que erros não se repitam", declarou.

A tortura e a eliminação física de opositores foram uma política de Estado, denunciada por suas vítimas e respectivos advogados nos tribunais. Não eram divulgadas pela imprensa como deveriam porque havia censura. O que chegava às redações oficialmente eram relatos fantasiosos, típicos das estratégias militares de contrainformação. As denúncias de prisões e sequestros, feitas por advogados e familiares, não podiam ser publicadas. Os registros oficiais, lacônicos, eram publicados nas páginas de notícias policiais.

As denúncias, entretanto, circulavam por meio de publicações clandestinas, como o boletim *Notícias Censuradas*, com informações colhidas nas redações, e o jornal *Voz Operária*, órgão central do antigo PCB, que deixou de ser impresso no Brasil após os órgãos de repressão localizarem sua principal gráfica, em Jacarepaguá, em janeiro de 1975, numa operação que deixou um rastro de prisões, torturas e assassinatos, entre os quais o de Orlando Bomfim Junior, responsável pela publicação, cujo corpo nunca foi encontrado nem sua prisão reconhecida.

ELEIÇÕES

Tebet descarta aceitar prêmio de consolação

Pré-candidata ao Planalto pelo MDB, senadora rejeita o eventual papel de vice caso não seja a cabeça de chapa da coligação com PSDB, Cidadania e União Brasil

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAÍSA MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Simone Tebet: "Não sou candidata à vice-presidência"

Pré-candidata ao Planalto, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) rejeitou, ontem, a possibilidade de participar da corrida eleitoral como vice e minimizou as críticas que sua indicação tem recebido por caciques da legenda. Na avaliação da parlamentar, o partido "vai entrar em uma fragmentação" caso apoie o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou o presidente Jair Bolsonaro (PL), em detrimento de candidatura própria.

"Não sou candidata à vice-presidência. Ao abrir mão da pré-candidatura e aceitar o papel de vice, eu estaria diminuindo o espaço das mulheres na política. Se eu não pontuar a ponto de ser cabeça de chapa, não vou ajudar sendo vice. Vou estar nesse palanque como cabo eleitoral", afirmou Tebet, em sabatina organizada pela Folha de S. Paulo.

Nos bastidores do MDB, uma das opções discutidas para a candidatura do autoproclamado centro democrático — formado por União Brasil, MDB, PSDB e Cidadania — é uma chapa encabeçada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB) — passando por cima do ex-gestor paulista João Doria, atual pré-candidato tucano —,

com Tebet como vice.

A senadora, porém, refuta essa possibilidade, reforça que as discussões ainda estão em andamento e que os nomes que integrarão a chapa única só serão anunciados em 18 de maio. "Antes disso, nada pode ser feito e nada pode ser cobrado", acrescentou.

Parte do MDB teme que a candidatura de Tebet repita o fiasco do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles em 2018. Ele obteve apenas 1,2% dos votos para o Planalto. Questionada a respeito dessa preocupação, Tebet

defendeu que, ao contrário de Meirelles, não é candidata "por si própria" e que foi chamada pelo partido para entrar na disputa.

Em relação à Lava-Jato, Tebet ficou em cima do muro. Disse que a operação expôs muitos casos de corrupção, mas mencionou ter havido erros de conduta dos envolvidos nas investigações. "Não tenho dúvida nenhuma disso (resultados contra a corrupção). Tenho um bom relacionamento com (Sergio) Moro, e quero acreditar que houve boa-fé, mas, aí, tem de perguntar

para ele, para os membros do Ministério Público, do Judiciário, para ver se houve má-fé ou boa-fé", afirmou.

Flexibilidade

Rodolfo Tamanaha, professor de ciências políticas do Ibmec Brasília avalia que não há um racha no MDB e, sim, um movimento de articulação. "Esse movimento faz com que não estejam limitados a decisão única do ponto de vista federal, exatamente para que tenham uma flexibilidade local de poder se associar seja a Bolsonaro, seja a Lula", frisou. "Mas, obviamente, isso enfraquece a candidata Simone Tebet."

O cientista político Leandro Gabiati observou que, ao contrário de outros partidos, o MDB não tem uma liderança nacional, como a figura de Lula no PT. Essa característica torna a lógica de alinhamento diferente na legenda. "Funciona mais com uma lógica de federações, grupos no partido que têm autonomia própria, por assim dizer. Em cada estado, basicamente, há um cacique, um grupo político que domina o partido e que se posiciona dentro do diretório nacional com base nas dinâmicas locais. Essa é a dinâmica que tem tomado conta do MDB desde a redemocratização", comentou.

Apoio ao PT sob risco

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Após ter sido vaiado no encontro de centrais sindicais com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cancelar ato em apoio ao petista, o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, se reuniu, ontem, com o ex-governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB).

O gaúcho corre por fora para ser candidato ao Planalto, depois de ter sido derrotado pelo ex-governador João Doria nas prévias tucanas. A reunião foi anunciada pelo próprio Leite, que publicou uma foto ao lado de Paulinho nas redes sociais.

"Encontrei, há pouco, o Paulinho da Força, presidente do Solidariedade, para uma boa conversa sobre o Brasil e a necessária construção de convergências na agenda política do país", afirmou na publicação.

Antes, o líder do Solidariedade havia se reunido com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI). Os dois trocaram afagos na última sexta-feira, conforme conversa revelada pelo site *O Antagonista*. O cacique do Centro tentou convencer Paulinho da Força a migrar para o lado do presidente Jair Bolsonaro (PL). O dirigente sustentou, no entanto, que a possibilidade é zero. Ele ressaltou que ainda tem a intenção de apoiar Lula, mas vai renegociar as condições com o PT.

Paulinho da Força admitiu ter ficado incomodado com as vaiações que recebeu no ato político com representantes das principais centrais sindicais do país, em São Paulo. Nem Lula nem a cúpula do PT reagiram à hostilidade contra ele, que votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Na avaliação de Valdir Pucci, professor de ciência política, a ala mais à esquerda do PT dá "um tiro no pé" ao não entender que Lula precisa de apoio de diferentes vertentes para conseguir ser eleito à presidência e também obter governabilidade, caso vença as eleições.

Túnel de Taguatinga: o futuro passa por aqui.

A OBRA MAIS ESPERADA DOS ÚLTIMOS ANOS ESTÁ 70% CONCLUÍDA.

Em breve, cerca de 1,8 milhão de moradores do DF que circulam pelo local vão ganhar um trânsito bem mais tranquilo, livre de engarrafamentos. Mesmo durante a pandemia, a obra do Túnel de Taguatinga não parou um momento sequer. Pouco a pouco, estamos construindo um DF melhor para todos.

GDF